

A Crise da Democracia Brasileira: Entre o Bolsonarismo e o Lulopetismo

JOÃO PAULO URBANO

Com o início do julgamento de Jair Bolsonaro e de outros envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República, tornando o ex-presidente oficialmente réu. Já inelegível, Bolsonaro poderá ser condenado à prisão até o final deste ano (Vivas, 2025). Enquanto isso, diante da iminência da corrida presidencial de 2026, setores da direita e da extrema direita no país buscam se reorganizar. Nesse sentido, o nome que emerge como possível substituto de Bolsonaro é o do atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Tarcísio tem conquistado crescente apoio e visibilidade no debate público como potencial representante da direita nas próximas eleições. Em recente ato no Rio de Janeiro, ao lado de Bolsonaro, defendeu a anistia para os condenados do 8 de janeiro e reforçou sua imagem diante de um público reduzido, porém fiel ao movimento (Benedito da Silva, 2025). Apesar dessa baixa adesão, o bolsonarismo manteve a capacidade de mobilização nas ruas, demonstrando sua força mesmo em momentos críticos, em que segue influenciando o debate público no país.

Do outro lado, o presidente Lula enfrenta uma crise de popularidade, agravada pela queda na aprovação de seu governo (Satie, 2025). O principal desafio do campo governista está na gestão econômica do ministro Fernando Haddad. A persistência dos altos preços dos alimentos e o programa de austeridade fiscal — que corta benefícios essenciais para populações carentes sob a justificativa de “controle de gastos” — vem desagradando as bases eleitorais estratégicas do governo petista. O arcabouço fiscal posto em prática por Haddad segue à risca os preceitos da cartilha neoliberal, gerando consequências diretas para os setores mais socialmente vulneráveis.

É nesse contexto que, segundo pesquisas recentes, se as eleições fossem hoje, e Bolsonaro pudesse concorrer, ele venceria (Barros, 2025). Esse dado revela a grande

contradição da democracia brasileira: um ex-presidente acusado de planejar um golpe de Estado, e prestes a ser condenado pelo STF, ainda mobiliza apoio suficiente para vencer uma eleição. Mesmo inelegível e sob risco de prisão, sua influência permanece inegável, e qualquer candidato apoiado por ele e pelo seu grupo terá boas chances de sair vitorioso em 2026.

O cenário é crítico. De um lado, a extrema direita se reorganiza e não arrefece em seus anseios antidemocráticos; de outro, o governo petista, enredado em contradições internas, vem perdendo espaço e abrindo margem para a extrema direita se fortalecer. E restam perguntas urgentes: qual o futuro da democracia no Brasil? Para qual rumo a atual conjuntura nos conduz? Ao longo desta análise, buscaremos refletir sobre essas questões.

A crise do Lulopetismo

O governo Lula surge no período pós-Bolsonaro como um refúgio para os anseios democráticos. Após um período sombrio marcado por ataques constantes às instituições — que se intensificaram desde antes das eleições de 2018 até a tentativa de golpe em 8 de janeiro —, o respeito mínimo pelo jogo democrático e pela estabilidade institucional representa um avanço significativo para a democracia brasileira. Entretanto, se, por um lado, o governo atual consolida conquistas relevantes na estabilização do sistema democrático, por outro, mantém um modelo político que reproduz sistematicamente condições conjunturais capazes de fomentar o fortalecimento de forças antidemocráticas.

Sobre essa dinâmica, Hernan Bruera sintetiza:

Claramente, dentro de la estrategia de gobernabilidad elitista que adoptó la administración de Lula, la estabilidad macroeconómica y la formación de una alianza parlamentaria estable determinó el orden de prioridades en una amplia gama de áreas, incluyendo la participación” (Bruera, p. 268, 2015)

Dessa forma, as estratégias de governabilidade sobrepõem-se aos programas políticos criados a partir da participação popular, outrora estimulados pelo partido (Bruera, 2015). A análise, realizada sobre os dois mandatos de Lula, antevia um movimento que se aprofundaria agora no terceiro mandato. Atualmente, abandonou-se qualquer iniciativa de empoderamento popular, adotando-se medidas que privilegiam os interesses das grandes elites em detrimento das demandas da classe trabalhadora.

Tal abandono se deve a outra característica fundante do governismo petista: a lógica da conciliação de classes, entendida como a tentativa de harmonizar interesses antagônicos entre o capital e o trabalho. Nos dois primeiros mandatos de Lula, a conjuntura internacional favorável — impulsionada pelo boom das commodities — facilitou essa conciliação. Em um cenário de preços elevados das matérias-primas, era possível combinar programas assistenciais, como o Bolsa Família, com investimentos públicos sem confrontar abertamente as elites financeiras, que também acumularam rendimentos crescentes durante a ascensão do PT ao poder.

No entanto, o contexto atual difere radicalmente do cenário de 2002. Em um mundo já bastante distinto do que tínhamos no início do século, desapareceram as condições que garantiam alta demanda e preços elevados para as commodities. Sem o excedente comercial gerado por esse ciclo, o modelo de conciliação perde sustentação. Na disputa entre trabalho e capital, o governo tende a ceder com mais facilidade aos interesses do grande capital. As elites financeiras — banqueiros, grandes industriais e representantes do agronegócio —, apesar de divergências pontuais, pressionam consensualmente por um plano econômico pautado na austeridade fiscal (Martello, 2024). Segundo essa lógica, é preciso conter investimentos públicos, reduzir programas sociais, elevar juros para controlar a inflação e seguir à risca o receituário neoliberal. Esse, precisamente, é o caminho adotado pelo atual ministro da Fazenda.

Segundo o próprio Fernando Haddad, a principal meta do plano econômico do governo é o fortalecimento do arcabouço fiscal, ou seja, a implementação de políticas cada vez mais austeras. Como destaca Urbano (2024):

O novo marco fiscal limita o gasto público e parte da premissa de que as contas públicas

precisam ser superavitárias. Na prática, Haddad segue a cartilha de responsabilidade fiscal imposta, em maior ou menor medida, nos governos de Temer e Bolsonaro (...).

Esse modelo se concretiza em medidas como o Projeto de Lei (PL) “do ajuste fiscal”, que busca alterar programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Atualmente, o BPC garante um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência sem condições de trabalho. Entretanto, conforme alerta a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (O PL [...], 2024), o novo PL impõe regras restritivas:

(...) duas pessoas na mesma casa não poderão ter acesso ao BPC, ainda que uma delas receba um salário mínimo pela Previdência Social. Esse artigo viola principalmente o acesso das mulheres excluídas do trabalho formal, que exercem atividades não remuneradas, como o cuidado doméstico (O PL [...], 2024).

Além de reduzir benefícios essenciais, o governo alinha-se ao Banco Central para elevar as taxas de juros — atualmente a mais alta do mundo (Brasil [...], 2025) —, medida que beneficia o setor financeiro, mas penaliza os 76% da população endividada (Almeida, 2025), obrigada a arcar com parcelas crescentes. Enquanto isso, antigas promessas de campanha, como a isenção do Imposto de Renda para rendas de até R\$ 5 mil, só chegaram ao Congresso em 2025 e, se aprovadas, valerão somente a partir de 2026 (Martello, 2025). Paralelamente, o aumento dos preços dos alimentos, que já afeta 8 em cada 10 famílias (Garcia, 2025), permanece sem respostas concretas, ampliando o descontentamento popular.

O novo arcabouço fiscal, conforme explicam Cunha e Miebach (2023), “prevê limitar o crescimento das despesas a 70% da expansão das receitas nos doze meses anteriores, fixando uma banda de flutuação entre +0,6% e +2,5%”. Na prática, isso significa a estagnação dos investimentos públicos e cortes em políticas assistenciais, como o BPC,

para cumprir metas autoimpostas. Enquanto isso, pautas redistributivas, como a taxaço de grandes fortunas, capazes de financiar programas sociais sem sacrificar os mais vulneráveis, sequer são pautadas pelo governo.

Esse cenário explica a queda na aprova o do governo Lula. A op o por privilegiar o capital financeiro, em detrimento das demandas trabalhistas, abre espaço para que novos líderes da extrema direita ganhem cada vez mais espaço. Com a crescente rejei o do programa político do PT, líderes como Tarcísio aparecem como fortes candidatos à disputa eleitoral. Se mantido esse rumo, não será surpresa que Lula, ou qualquer candidato apoiado pelo PT em 2026, enfrente sérias dificuldades eleitorais.

A resiliência do Bolsonarismo

Com Jair Bolsonaro fora do governo, inelegível e sob risco de condena o pelo STF, o bolsonarismo enfrenta sua maior crise desde sua ascensão. Agravando esse cenário, Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente e deputado federal eleito, refugiou-se nos Estados Unidos, alegando temer "persegui o" por parte do Supremo Tribunal Federal (Emílio, 2025). Apesar do impacto desses eventos para a extrema direita, a conjuntura atual não indica um colapso imediato do movimento. Pelo contrário: o campo bolsonarista tem conseguido se reorganizar, fortalecendo novas lideranças, sustentado por uma base militante fiel que mant m uma forte influência política no cenário nacional.

Nesse contexto, Tarcísio de Freitas emerge como principal aposta do movimento para as elei es presidenciais de 2026. Governador de São Paulo, ele personifica um projeto político marcado pela radicaliza o ideológica e por uma agenda neoliberal agressiva, com uma grande quantidade de privatiza es aliadas ao desmonte do setor público. Seu governo foi responsável pelo aumento da truculência policial, transformando a cultura de violência como um aspecto central de seu projeto de segurança pública (Azedo, 2024). Questionado sobre críticas diante do seu projeto de segurança pública, Tarcísio respondeu com desdém: "O pessoal pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não estou nem a " (Rodrigues, 2024). Inicialmente resistente   implementa o de câmeras em fardas, medida determinada pelo STF para conter abusos, s  revisou a posi o após pressão pública (Tarcísio [...]),

2024).

Já no plano da educação, sua gestão avança na radicalização do projeto bolsonarista, aliando privatizações com a militarização das escolas. Em 2023, o governo paulista tentou conceder 33 escolas à iniciativa privada por 25 anos, mas o Tribunal de Justiça suspendeu o decreto, apontando violação do direito à educação pública e precarização do trabalho de servidores (Justiça [...], 2024). Já na pauta da militarização das instituições de ensino, Tarcísio propôs a meta de implementar cerca de 50 até 100 escolas durante o ano de 2025 (Bocchini, 2024).

O atual governador busca, assim, reforçar a ideia de que a precarização do ensino público só será superada com a privatização ou com a militarização das instituições. Em vez de investir na educação amplamente, utiliza uma retórica ideológica que visa desacreditar a educação pública, enquanto enaltece o militarismo de maneira exacerbada como a única salvação para a formação dos jovens. Não à toa, São Paulo tem caído ano após ano da sua gestão nos índices de qualidade da educação básica (Estado [...], 2024).

Outro nome em ascensão no espectro bolsonarista é o deputado Nikolas Ferreira, o mais votado do país em 2022. Presente no recente ato com Bolsonaro e Tarcísio no Rio, é um defensor convicto da anistia aos condenados pelas invasões do 8 de janeiro e vem liderando as pesquisas para o governo de Minas Gerais. Nikolas é conhecido por relativizar os ataques antidemocráticos de 2023 (Transfobia [...], 2024), propagar desinformação sobre urnas eletrônicas (o que já lhe rendeu condenação no TSE) (Transfobia [...], 2024) e por declarações transfóbicas, como o uso intencional de pronomes masculinos para se referir à deputada Duda Salabert, crime pelo qual foi condenado em 2023 (Transfobia [...], 2024).

Apesar das revezes, o bolsonarismo vem conseguindo se rearticular. Embora a anistia para os golpistas dificilmente seja aprovada pelo Congresso e os atos públicos tenham tido uma participação muito abaixo das expectativas de seus líderes, é preciso enxergar o momento como um período de derrotas pontuais e de uma provável reestruturação do campo. Na prática, o julgamento de Bolsonaro tem sido usado para inflar a retórica de perseguição e para reagrupar a base em torno de novas lideranças que seguem o projeto bolsonarista, visando ocupar os principais cargos do Executivo e do Legislativo do país no próximo ano.

Apesar do forte abalo que o núcleo duro do bolsonarismo, isto é, Bolsonaro e sua família, tem sofrido, o movimento vem ganhando cada vez mais força para além dessas figuras centrais. O que se observa é que o bolsonarismo, enquanto projeto político a ser perpetuado, demonstra grande capacidade de adaptação diante de conjunturas diversas e seguirá como uma força presente no debate nacional, com ou sem Bolsonaro. Nomes como Tarcísio e Nikolas mostram que a adesão das massas está mais ligada a um projeto político do que à figura do ex-presidente. O bolsonarismo mantém-se relevante justamente por ter conseguido se perpetuar para além de Bolsonaro. Essa perpetuação do projeto, somada à antipatia já consolidada contra o PT e Lula, agravada pelos repetidos fracassos nas esferas política e econômica, fortalece o campo da extrema direita e possibilita a consolidação dessas novas lideranças.

A tragédia anunciada

O que observamos é um cenário de instabilidades e de incertezas. Mesmo com a crise do bolsonarismo, nada indica que a extrema direita está enfraquecida e sofrerá derrotas no próximo ciclo eleitoral. O exemplo de Nikolas ilustra isso: ele, deputado mais votado nas eleições de 2022, propaga informações falsas sobre as urnas eletrônicas e apoia abertamente tentativas de golpe de Estado para implementar um regime antidemocrático. Mesmo com essa postura ofensiva e abertamente antidemocrática, o deputado é o favorito para o governo de Minas Gerais.

Essa contradição não se restringe ao Nikolas, mas também permeia figuras como Tarcísio e Bolsonaro. Os três representam um programa político que se funda no questionamento do funcionamento legítimo das instituições e dos três poderes, além de promover discursos abertamente racistas, transfóbicos, misóginos e de apologia à violência policial desmedida. Em contrapartida, foram eleitos democraticamente e utilizam o próprio sistema que criticam para impor projetos reacionários e antidemocráticos.

Por outro lado, a crise de popularidade do governo Lula persiste sem perspectivas mais animadoras. Era de se esperar que, diante da crise no campo bolsonarista, a ala governista adotasse uma retórica mais enfática, exigisse justiça para Bolsonaro e sua cúpula, e reforçasse

a defesa da democracia. Entretanto, o presidente e seus ministros optaram pelo silêncio e por uma postura passiva e absolutamente neutra. Esse silêncio foi ensurdecador. No momento histórico em que era mais urgente do que nunca reafirmar compromissos com a democracia, tão atacada por Bolsonaro e seus apoiadores, o governo preferiu um silêncio estrondoso.

Diante da insatisfação popular com o fracasso do plano econômico e da omissão sistemática na defesa do regime democrático, ganham força aqueles que clamam pela anistia de condenados e propõem mudanças radicais. O discurso ideológico bolsonarista encontra campo fértil para se reproduzir, alimentado pela ausência de transformações concretas na vida da população e pela ineficácia de políticas e medidas que são vítimas de seus próprios limites e contradições.

Referências

ALMEIDA, Elis. Juros altos: 76,7% das famílias brasileiras estão endividadadas. **Brasil de Fato**, 28 fev. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/editorial-bdf/2025/02/28/juros-altos-767-das-familias-brasileiras-estao-endividadadas/>. Acesso em: 4 out. 2023.

AZEDO, L. Análise: violência policial pôs Tarcísio na berlinda. **Correio Braziliense**, 06 dez. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/12/7005044-analise-violencia-policial-pos-tarcisio-na-berlinda.html>. Acesso em: 2 abr. 2025.

BARROS, H. Bolsonaro teria mais votos que Lula se eleição ocorresse hoje, aponta Atlas. **CNN Brasil**, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-teria-mais-votos-que-lula-se-eleicao-ocorresse-hoje-aponta-atlas/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

BENEDITO DA SILVA, José. Ao lado de Bolsonaro, Tarcísio defende anistia e critica alta de alimentos. **VEJA**, 16 mar. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/ao-lado-de-bolsonaro-tarcisio-defende-anistia-e-critica-de-alimentos/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

BOCCHINI, Bruno. Tarcísio sanciona lei que cria escolas cívico-militares em SP. **Agência Brasil**, 27 mai. 2024 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/tarcisio-sanciona-lei-que-institui-escolas-civico-militares-em-sp/>.

BRASIL tem maior juro real do mundo após corte de taxa na Argentina. **CNN Brasil**, 12 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-tem-maior-juro-real-do-mundo-apos-corte-de-taxa-na-argentina/>. Acesso em: 1 abr. 2025.

BRUERA, H. F.. **Lula, el Partido de los Trabajadores y el dilema de la gobernabilidad en Brasil**. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 2015.

CUNHA, A. & MIEBACH, A.. O teto de gastos de Haddad e a armadilha da estagnação. **Sul21**, 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/opinioao/2023/04/oteto-de-gastos-de-haddad-e-a-armadilha-da-estagnacaopor-andre-moreira-cunha-e-alessandro-donadio-miebach/> Acesso em: 24, out. 2023

EMILIO, P. Eduardo Bolsonaro alega perseguição e diz que vai pedir asilo político nos EUA. **Brasil 247**, 18 mar. 2025. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/eduardo-bolsonaro->

Referências

alega-perseguição-e-diz-que-vai-pedir-asilo-político-nos-eua/. Acesso em: 2 abr. 2025.

ESTADO de SP teve queda nos índices de educação básica, apontam resultados do Ideb. **G1**, 14 ago. 2024 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/08/14/estado-de-sp-teve-queda-nos-indices-de-educacao-basica-apontam-resultados-do-ideb.ghtml>.

GARCIA, A. N. Oito em cada dez brasileiros sentem alta no preço dos alimentos, diz Quaest. **UOL Notícias**, 16 fev. 2025. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/02/16/quaest---classes-sociais.htm>. Acesso em: 2 abr. 2025.

JUSTIÇA de SP suspende decreto de Tarcísio que previa privatização de 33 escolas estaduais. **Carta Capital**, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/justica-de-sp-suspende-decreto-de-tarcisio-que-previa-privatizacao-de-33-escolas-estaduais/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MARTELLO, A. Aumento da faixa de isenção e reforma do imposto de renda: compare as propostas de Bolsonaro e Lula. **G1**, 30 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/03/30/aumento-da-faixa-de-isencao-e-reforma-do-imposto-de-renda-compare-as-propostas-de-bolsonaro-e-lula.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MARTELLO, A. Governo vive pressão para corte de gastos, mas ainda não tem previsão de quando anunciará medidas; entenda o cenário. **G1**, 3 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/03/governo-vive-pressao-para-corte-de-gastos-mas-ainda-nao-tem-previsao-de-quando-anunciara-medidas-entenda-o-cenario.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2025.

O PL 4.614/2024 é um ataque ao BPC. **FENASP**, 6 dez. 2024. Disponível em: <https://fenasps.org.br/2024/12/06/o-pl-4-614-2024-e-um-ataque-ao-bpc/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RODRIGUES, Rodrigo. “Pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta, que não tô nem aí”, diz Tarcísio sobre denúncias de irregularidades da PM em operação no litoral de SP. **G1**, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/08/pode-ir-na-onu-na-liga-da-justica-para-o-raio-que-o-parta-diz-tarcisio-sobre-denuncias-de-irregularidades-da-pm-em-operacao-no-litoral-de-sp.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2025.

Referências

SATIE, Anna. IPSOS-IPEC: queda de Lula atinge até Nordeste. **UOL Notícias**, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/03/14/recortes-aprovacao-lula-pesquisa-ipsos-ipec.htm>. Acesso em: 2 abr. 2025.

TARCÍSIO diz que teve “visão equivocada” sobre uso de câmeras corporais em policiais; relembre posicionamentos anteriores do governador de SP. **G1**, 06 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/noticia/2024/12/06/tarcisio-diz-que-teve-visao-equivocada-sobre-uso-de-cameras-corporais-em-policiais-relembre-posicionamentos-anteriores-do-governador-de-sp.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2025.

TRANSFOBIA, ataques às urnas e golpismo: relembre oito polêmicas do deputado Nikolas Ferreira. **O Globo**, 07 mar. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/transfobia-ataques-as-urnas-e-golpismo-relembre-oito-polemicas-do-deputado-nikolas-ferreira.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2025.

URBANO, João Paulo. Os BRICS, o Brasil e a Economia Nacional. **Revista Pet-Rel**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 57-65, jun. 2024. Disponível em: http://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v6_n2_jun_2024/URBANO_BolBRICS.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

VIVAS, Fernanda. Réu por golpe de Estado, alvo de outras investigações e inelegível: a situação jurídica de Bolsonaro. **G1**, 30 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/30/reu-por-golpe-de-estado-alvo-de-outras-investigacoes-e-inelegivel-a-situacao-juridica-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 1 abr. 2025.